

HABEAS CORPUS Nº 515.289 - SP (2019/0167701-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : LEANDRO DE CASTRO SILVA - SP258372
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GENILSON ARAUJO DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de GENILSON ARAUJO DOS SANTOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do Agravo em Execução n. 0002323-36.2019.8.26.0996.

Consta dos autos que o Juízo da Execução indeferiu pedido de retificação de cálculo, o qual consignou, como data base para progressão ao regime aberto, a data em que concedido o regime anterior.

Irresignada, a Defensoria Pública agravou perante a Corte Estadual, a qual negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 64):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO Progressão ao regime aberto
Retificação de cálculo Data base a ser considerada deve corresponder ao
momento em que fazia jus à progressão ao regime anterior
Inadmissibilidade Lapso temporal inicia-se a partir da decisão
concessiva - Recurso desprovido.*

No presente *mandamus*, a Defensoria requer, em liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de que seja adotada como data base para o cálculo do lapso temporal para a progressão ao regime aberto, a data em que o paciente preencheu o requisito objetivo para a progressão ao regime semiaberto, independentemente da data da sentença que deferiu o benefício, determinando-se a retificação do cálculo de penas.

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator